

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL**

---

**EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**LEI N°. 792/2026**

**LEI N°. 792/2025**

Ementa: Dispõe sobre a implementação e a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito da Administração Pública do Município de Jundiá do Sul-PR, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Jundiá do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Municipal, direta e indireta, a Política de Proteção de Dados Pessoais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade dos cidadãos, conforme estabelecido na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

§ 1º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento de dados pessoais realizada pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, autarquias e fundações públicas municipais, bem como por pessoas jurídicas de direito privado contratadas ou conveniadas para a prestação de serviços públicos municipais.

§ 2º O Município de Jundiá do Sul - PR, por meio de seus órgãos e entidades, é o Controlador dos dados pessoais tratados no âmbito da sua competência.

**CAPÍTULO I – DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES**

Art. 2º A Política de Proteção de Dados Pessoais observará, além dos princípios previstos no art. 6º da LGPD, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 3º Constituem diretrizes para a aplicação desta Lei:

I - Adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas.

II - Promoção da transparência no tratamento dos dados pessoais.

III - Fomento à cultura de privacidade e proteção de dados entre os agentes públicos municipais.

IV - Garantia e facilitação do exercício dos direitos dos titulares de dados.

**CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA**

Art. 4º Fica designado o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO – *Data Protection Officer*) do Município, que será o responsável por atuar como canal de comunicação entre o Controlador do município, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

§ 1º A função de Encarregado será exercida por um servidor público municipal estável, preferencialmente ocupante de cargo de provimento efetivo, designado por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º São atribuições do Encarregado, entre outras definidas em regulamento:

I - Receber e orientar as solicitações dos titulares de dados.

II - Receber comunicações da ANPD e adotar as providências necessárias.

III - Orientar os servidores e as entidades do Município sobre as práticas de proteção de dados pessoais.

IV - Elaborar, em conjunto com os departamentos, o Inventário de Dados Pessoais.

Art. 5º O Chefe do Poder Executivo poderá instituir, por Decreto, um Comitê Gestor de Proteção de Dados (CGPD), de caráter consultivo e estratégico, composto por representantes de Departamentos e órgãos estratégicos, com o objetivo de coordenar as ações de adequação e de governança.

### CAPÍTULO III – DA REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 6º O Poder Executivo, no prazo de 30 dias após a publicação desta Lei, deverá editar Decreto Regulamentador para detalhar as normas e procedimentos para:

I - O processo de atendimento às requisições dos titulares.

II - A política de segurança da informação e tratamento de incidentes.

III - A interoperabilidade e o uso compartilhado de dados pessoais entre órgãos municipais.

IV - A formalização da função e das atribuições detalhadas do Encarregado.

Art. 7º O descumprimento das normas de proteção de dados pessoais por agentes públicos municipais sujeitará o infrator às sanções previstas na legislação federal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

### CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º O Município deverá prever, nas leis orçamentárias anuais, recursos para as despesas decorrentes da implementação das medidas de adequação e de segurança da informação necessárias ao cumprimento da LGPD.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiá do Sul, 03 de dezembro 2025.

**PAULO ROBERTO PEDRO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Odair Rosildo Farinha

**Código Identificador:**83792619

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 04/12/2025. Edição 3420

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>